

SESSÕES DO PLENÁRIO

109ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 08 de novembro de 2012.

PRESIDENTE: DEP. LEUR LOMANTO JR. VICE-PRESIDENTE

À hora regimental, verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Viana, Alan Sanches, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Augusto Castro, Bira Corôa, Bruno Reis, Capitão Tadeu, Carlos Brasileiro, Carlos Geilson, Cel. Gilberto Santana, Delegado Deraldo, Elmar Nascimento, Euclides Fernandes, Fabrício Falcão, Gildásio Penedo, Graça Pimenta, Herbert Barbosa, Ivana Bastos, J. Carlos, João Bonfim, Joseildo Ramos, Kelly Magalhães, Leur Lomanto Jr., Luciano Simões, Luiza Maia, Marcelino Galo, Maria del Carmen, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Mário Negromonte Jr., Neusa Cadore, Pastor Sgt. Isidório, Paulo Azi, Pedro Tavares, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Rosenberg Pinto, Sandro Régis, Temóteo Brito, Tom Araujo, Vando, Yulo Oiticica e Zé Neto (46)

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Junior):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

(O Sr. Presidente procede à leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Da Dep. Bira Corôa, comunicando sua ausência das sessões nos dias 08, 18, 22 e 24/10/2012, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

Do Dep. Tom Araújo, comunicando sua ausência da sessão no dia 06/09/2012, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do Dep. José de Arimatéia, comunicando sua ausência da sessão no dia 08/10/2012, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Junior):- Pequeno Expediente.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Alan Sanches, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ALAN SANCHES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, demais presentes a este recinto, cidadãos que nos acompanham através da *TV Assembleia*, primeiro quero deixar registrada a minha felicidade, ontem, quando pude ir ao 1º andar e visitar o nosso presidente Leur Lomanto, uma alegria também de ver novos ares naquela sala, uma oxigenação, gostei muito, Leur, e poderá ser um nome para coordenar os nossos trabalhos nesta Assembleia. E voltarei hoje, gostei tanto que voltarei para tomar um cafezinho com V.Ex^a, na sua sala da Presidência.

Queridos amigos e amigas, chamo a atenção, fui convidado há meia hora para uma reunião na Associação dos Hospitais. Vira e mexe isso tem acontecido. No caso, foi para falar dos prestadores de serviço do município de Salvador, que são as clínicas, os laboratórios, clínicas de ortopedia, inclusive as filantrópicas, os hospitais filantrópicos, que não têm recebido o seu repasse, não receberam o pagamento dos serviços prestados no mês de agosto. E a reunião, hoje, seria exatamente, *a priori*, para ver se vai suspender o atendimento aos munícipes aqui de Salvador ou não. E isso seria muito ruim.

Esta semana, toda a imprensa deu uma publicidade sobre as filas enormes que estavam no Hospital Santa Isabel, desde segunda-feira, uma coisa que fere, inclusive, a dignidade das pessoas.

Eu falei, em outro momento aqui, justamente sobre o Santa Isabel, que a culpa não era do Santa Isabel, apenas pelo poder de resolatividade daquele hospital muitas pessoas para lá se dirigem. Mas esquecem que o município precisa fazer uma pactuação com Salvador, e a conta de Salvador, a Secretaria de Saúde não consegue atender e pagar a todo o Estado da Bahia.

Então, é preciso uma intervenção maior do Estado para que possamos fazer essa pactuação, a partir do momento em que Feira de Santana não consegue atender a determinada especialidade, faça a pactuação, mas faça a pactuação real, e não sub-real. Se o município de Candeias não consegue dar atendimento à sua população em determinada especialidade, que faça a pactuação também com Salvador. Mas não é isso que aqui acontece. Hoje, qualquer pessoa que se dirige a Salvador consegue fazer o Cartão Vida ou Cartão do SUS, de Salvador, pega, no caso, um comprovante de endereço de um amigo ou de um parente, diz que é morador de Salvador e, dessa forma, acaba burlando essa pactuação que deveria existir.

E cobro, mais uma vez, aqui, deputados e deputadas, que a Secretaria Municipal de Saúde de Salvador possa acelerar o processo – faltam dois meses, apenas, para findar essa gestão –, possa assinar o contrato dos prestadores de serviços. E quando eu falo prestadores de serviço de saúde do município de Salvador são os prestadores, são as clínicas de ortopedia, as policlínicas, os laboratórios que hoje trabalham com insegurança jurídica muito grande, porque não têm um contrato

firmado.

Inclusive, foi realizado um termo de ajuste de conduta com o Ministério Público e a Secretaria Municipal de Saúde exigindo isso, e a Secretaria Municipal de Saúde do Município assinou esse TAC – Termo de Ajuste e Conduta, mas as coisas não prosperaram. Então, acredito que é uma grande oportunidade para o prefeito João Henrique ainda, fechar com chave de ouro nesse setor, pelo menos, assinando essa contratação desses prestadores de serviço, que além de dar segurança jurídica a todas essas clínicas e laboratórios, poderão, além disso, estar aumentando os prestadores, porque quando foi feito o chamamento público - já para concluir, Sr. Presidente - quando foi realizado esse chamamento público, alguns prestadores que não eram da rede conseguiram passar essa licitação, sendo aprovados nessa licitação.

E, sendo assim, estaremos também aumentando a nossa oferta de atendimento médico em nossa cidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Junior):- Concedo a palavra ao nobre deputado Carlos Geilson.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, meu caro presidente Leur Lomanto, dos mais brilhantes parlamentares dessa legislatura e agora assume interinamente a Presidência desta Casa, o presidente Marcelo Nilo disse que deixou a caneta com muita tinta para V.Ex^a usar e abusar. Agora eu lembrei, lá em Feira de Santana, no segundo mandato do ex-prefeito José Falcão, o vice era José Ferreira Pinto, José Falcão viajou e passou o comando da cidade e, de repente, teve que voltar às pressas porque José Pinto estava mudando o nome das ruas da cidade.

O cara chegava lá e dizia: “Meu caro prefeito, quero que o senhor mude o nome da rua”. Ele baixava decreto, e José Falcão teve que voltar às pressas. O que não vai acontecer com o presidente Marcelo Nilo, que pode ficar por muito tempo fora do país, que V.Ex^a fará uma gestão austera, assim como o presidente Marcelo Nilo.

Mas, meus caros deputados, acho que o interesse partidário nunca pode estar acima do interesse de um povo, de uma nação. É importante a fidelidade partidária, desde quando ela não fira os interesses do nosso município e do nosso Estado. O PT da Bahia, mais uma vez, deu uma demonstração de que o interesse partidário está acima dos interesses do Estado da Bahia.

Agora, na votação dos *royalties*, deputados do PT da Bahia votaram contra os interesses do nosso Estado. Não é a primeira vez que isso acontece, assim como foi também no caso da Ford. Não é a primeira vez. Eu vou ler aqui a relação dos deputados. Ontem, o deputado Elmar Nascimento leu a relação dos deputados que votaram contra os interesses do nosso Estado, interesse que vai beneficiar a Bahia. Está no jornal *A Tarde* de hoje, com 510 milhões, saindo de 160 milhões para 510 milhões, agora em 2013, se a presidente Dilma não vetar as mudanças nesse projeto.

(Lê) “Os nove deputados federais baianos do PT votaram contra o projeto de Lei dos *royalties* do petróleo, que beneficiaria a Bahia ao aumentar o repasse de verbas para estados e municípios. Caros Deputados e Caras Deputadas, votaram contra a Bahia: Afonso Florence, Amauri Teixeira, Emiliano José, Geraldo Simões, Josias Gomes, Luiz Alberto, Sérgio Barradas Carneiro, Valmir Assunção e Waldenor Pereira – todos do PT. Além dos petistas, Antônio Brito do PTB e João Carlos Bacelar do PR também votaram contra. Dos 39 parlamentares baianos, 34 votaram, sendo que 11 contra a Bahia e 23 a favor da proposta do nosso Estado.”

Aí você pega hoje o jornal *A Tarde* e tem o governador Wagner falando da importância da aprovação e quanto a Bahia arrecadará com essa mudança, com a distribuição dos *royalties* do petróleo, passando de 168 milhões para 510, e o governador Jaques Wagner confirmou que também haverá ampliação de receita para o governo baiano caso a proposta seja aprovada sem vetos. Ele destacou que os valores ainda estão sendo estudados pela Secretaria estadual da Fazenda.

Sou deputado de oposição. Sou fiel ao meu partido, mas esse partido e a minha fidelidade ao partido jamais estarão acima dos interesses da minha cidade e do meu município. Qualquer que seja o projeto do governo que venha em benefício da minha cidade e da minha região votarei com o governo. O partido é importante mas o interesse da minha gente é muito maior.

Lamento a posição desses deputados que agora em 2.014 baterão nas portas dos prefeitos pedindo voto, baterão na porta do eleitor pedindo voto, e que na hora de se posicionar vota contra os interesses dos municípios, vota contra os interesses do Estado da Bahia. Parabenizo os 23 deputados baianos que votaram consoante os interesses do Estado e rechaço os 11 deputados, dos quais 9 do PP, que votaram contra os interesses deste Estado tão carente de verbas, tão carente de recursos. Na hora de se posicionarem, foram contra os interesses da Bahia. São eles que dizem que foram eleitos para defender o Estado, este glorioso Estado da Bahia. Seria necessário que o governador Wagner, que é o grande timoneiro, que é o líder deste Estado, mandato outorgado pelo povo da Bahia, estivesse na linha de frente, na trincheira, defendendo os interesses justamente da Bahia, que será beneficiada. Esse benefício trará mais dinheiro aos cofres deste Estado para fazer as obras que tanto o Governo da Bahia diz que quer fazer e não encontra recursos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Junior):- Com a palavra a deputada Luiza Maia.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, Senhoras e Srs. Deputados, deputado Carlos Geilson, há um ditado que diz que quem cuida da vida dos outros esquece-se da sua. O senhor cuida muito das questões do PT e esquece-se das questões do seu partido. Acho justo fazer a crítica, agora as questões devem ser colocadas de forma correta. Os deputados federais da Bahia não votaram contra o projeto. Eles iam votar no outro projeto, no substitutivo do deputado do PT de São Paulo, de quem não

lembro o nome agora... Carlos Zarattini. Portanto, iam votar no substitutivo do deputado Zarattini que é um pouco parecido, com algumas diferenças, com o parecer do Senado. Então, vamos falar a coisa certa. Vir para aqui dizer que os deputados federais estão contra a Bahia, numa questão importante, que estamos vendo que é uma luta nacional hoje, inclusive com a presença... Votaram contra o Senado porque iam votar no substitutivo do Zarattini. Como foi aprovado, no Senado, o outro ficou inviabilizado. Então, não há essa história de votar contra, porque no mérito da questão os deputados da Bahia concordam com essa proposta.

Há aqui uma nota, inclusive, da ministra Ideli Salvatti dizendo que a redistribuição dos *royalties* não afeta em nada e que agora vamos começar a campanha para que Dilma... Não houve a campanha “Veta, Dilma” com o código florestal? Agora, é a campanha “Não Veta, Dilma” nessa questão dos *royalties*, porque, realmente, é uma necessidade, é uma luta dos prefeitos, é uma luta dos estados principalmente do Nordeste. Então, vamos arrumar as coisas. Estou dizendo a V.Ex^a: cuide do seu Partido, porque estamos vendo os problemas que ele tem. Agora, tenho muito mais coisas para me preocupar do que fazer ataques constantes, diariamente, a um partido que tem feito o que faz pelo Brasil, que é o PT. Acho que a crítica é correta, é salutar, agora não pode ser dessa forma, querendo destruir ou inventar coisa onde não existe.

Quero, Sr. Presidente, Sras. Deputadas, reforçar o convite para o Encontro dos Prefeitos amanhã. O seu prefeito, inclusive, deputado Bruno Reis, disse que vai também, não é? Tentou dizer que não tinha sido convidado, mas tinha sido e já confirmou presença. Então, para o Encontro dos Prefeitos, mais de 300 prefeitos confirmaram a presença amanhã no Vila Galé.

Quero dizer que o prefeito Caetano também fará, na sexta-feira, uma solicitação à presidente Dilma, está aqui no jornal, para liberação de uma cota extra do Fundo de Participação dos Municípios para cobrir a redução de 30% do repasse dos recursos do Fundo. Segundo o prefeito Caetano, a queda do FPM, provocada sobretudo pelas isenções fiscais de estímulo à economia como o IPI, já compromete as finanças de 90% dos 417 municípios baianos. Então a ideia é que o governo federal transfira aos municípios uma parcela adicional do FPM em novembro e outra em dezembro para que os prefeitos possam cobrir a folha de pagamento dos funcionários com prioridade para o 13º salário.

Então, mais uma vez, quero aplaudir a iniciativa do prefeito Caetano, presidente da UPB, e dizer que essa luta pela distribuição dos *royalties*, pela reforma tributária, porque não podemos ver a questão individualizada de cada aspecto. Acho que o que a sociedade, os prefeitos, os políticos de modo geral, nas suas marchas têm que lutar é para que consigamos fazer a reforma tributária o mais rápido possível. Essa concentração do País nas mãos da União tem sido uma injustiça com os municípios. Isso compromete a democracia, compromete o funcionamento de vários municípios em várias localidades, especialmente na região Nordeste.

Mas eu quero, nesse minutinho que me falta, pedir aos membros das outras Comissões pelas quais vai passar o projeto de lei que estabelece normas de proteção

aos animais que deem celeridade. Jurei que vou todos os dias desta tribuna falar, pedir à presidência da Casa, à Mesa Diretora desta Casa, que nos ajude a trazer para a pauta das sessões os nossos projetos. Não me conformo em apresentar projetos importantes como o projeto que entendo como fundamental como a questão da tribuna cidadã, da tribuna popular, termos um espaço para os movimentos sociais, para a sociedade ter a oportunidade de falar para os deputados, e ele ficar aí engavetado e nós não achamos.

Então, deputado Carlos Geilson, V.Ex^a que foi o relator desse projeto importante, ao meu ver, porque assim como nós precisamos proteger os nossos cidadãos, precisamos proteger também os nossos animais que vivem por aí soltos, sofrendo. É uma vida animal e precisa do cuidado das autoridades públicas.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Junior):- Concedo a palavra a nobre deputada Kelly Magalhães.

Gostaria de pedir desculpas ao deputado Sargento Isidório. Realmente, equivoquei-me aqui, mas o próximo será V.Ex^a que fará uso da palavra.

A Sr^a KELLY MAGALHÃES:- Sr. Presidente, colegas deputados e deputadas, queria esclarecer a questão da deputada Luiza Maia e dizer que os deputados da Bahia que foram citados aqui votaram contra o projeto do deputado Carlos Zarattini que fazia uma distribuição justa dos *royalties* para estados e municípios, mas...

(A deputada Luiza Maia se manifesta fora do microfone.)

A Sr^a KELLY MAGALHÃES:- É verdade. Deputada, por favor, deixe-me explicar (...) mas a proposta continha uma coisa fundamental. Estamos discutindo o plano nacional da educação e os 10% para se financiar a educação e se transformar a realidade. E a proposta do deputado Carlos Zarattini incluía a vinculação desses recursos para a educação e foi isso que foi votado contra. A nossa Bancada do PCdoB, mesmo em minoria, votou contrariamente à proposta que veio do Senado justamente porque derrotava a do Carlos Zarattini.

Então, na verdade, estamos restabelecendo aqui as coisas e esclarecendo. A proposta do deputado Carlos Zarattini que contém o apoio da Bancada que defende a educação, do movimento social que defende a educação no Brasil todo e da Bancada, especialmente, que defende a educação com o apoio da presidente Dilma, aprovava a proposta do Carlos Zarattini que era o relator do projeto que veio do Senado. Essa proposta continha uma vinculação para financiar a educação e, lamentavelmente, foi derrotada com os votos desses deputados da Bancada da Bahia citados aqui. A verdade é essa, ou seja, o que se discutia era a vinculação dos recursos à educação...

O Sr. Paulo Azi:- Não, deputada...

A Sr^a KELLY MAGALHÃES:- É sim.

(Lê) “*A Câmara dos Deputados votou ontem à noite o Projeto de Lei sobre a distribuição dos royalties do petróleo. Em coerência com nossa posição, votamos*

pela aprovação do texto do relator, deputado Carlos Zarattini, que além de redistribuir mais justamente os royalties do petróleo entre estados e municípios, ainda vinculava esses recursos para a área de educação.

No entanto, a proposta foi derrotada, com a maioria preferindo aprovar o texto do Projeto de Lei que veio do Senado.

Esta vinculação de recursos para a educação era uma das questões mais importantes do projeto, pois viabiliza a meta do Plano Nacional de Educação de investir, ao final de dez anos, 10% do PIB em expansão e na qualidade da educação.

Quando posto em votação o texto do Senado, sem alternativa, o aprovamos – liberando o voto da deputada Jandira Feghali, do Rio de Janeiro, contrária à matéria – que de igual maneira promove nova distribuição dos royalties, mas não contém sua vinculação ao investimento na educação.”

Tanto é que já apresentamos um novo projeto de lei propondo essa vinculação. E faltou realmente a coerência e a liberação para se distribuir esses recursos para a educação. Nós criticamos essa posição porque achamos que é necessária essa distribuição dos *royalties* para financiar esse setor, haja vista a dificuldade em que os municípios se encontram. Vamos discutir a saúde, sim, mas devemos vincular os *royalties* à educação. Ao se falar sobre o Fundo de Participação dos Municípios... Está aí o governador Jaques Wagner criticando porque não tem recursos para financiar a política do Estado, e os municípios ficam com o pires na mão.

Quando o governo federal estabelece a isenção do IPI, claro que vai descontar do Fundo de Participação dos Municípios, e estes ficam numa situação muito difícil. Então é claro que somos contra os *royalties* ficarem apenas para os municípios que extraem petróleo; é preciso se fazer a distribuição equitativa para se promover a igualdade. De que forma os demais Estados poderão ser iguais ao Rio de Janeiro e ao Espírito Santo? Enquanto isso os outros, principalmente os mais pobres, continuam com o pires na mão sem terem os recursos necessários.

Enfim, criticamos aqui porque a educação, necessariamente, está acima, inclusive, da saúde, deputado Paulo Azi, porque quando há educação, com certeza, há saúde. Por isso estamos querendo a vinculação dos *royalties* do petróleo à educação, para assim se financiar os 10% do PIB.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Junior):- Com a palavra o nobre deputado Pastor Sargento Isidório.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Srs. da Imprensa e das Galerias Paulo Jackson, ouvintes da *TV Assembleia*, eu quero, em primeiro lugar, recitar o Salmo 23, o que me foi pedido, inclusive, por uma das excelentes funcionárias desta Casa: “O Senhor é meu pastor e nada me faltará”.

Aí quero pluralizar para que todos e todas também sejam alcançados pela bênção: “O Senhor é nosso pastor e nada nos faltará”.

Queria continuar falando sobre a angústia da nossa diretoria da Fundação Dr.

Jesus, que foi surpreendida com uma dívida de R\$ 750 mil com o governo federal e o INSS. Uma obra social, deputadas Luiza Maia e Kelly Magalhães, deputado Carlos Geilson e tantos outros que aqui nos ouvem, que se V.Ex^{as} tiverem interesse, é só mandar um dos assessores pela manhã, na hora que quiserem, para ficar na portaria daqueles prédios que recebem essas pessoas que chegam durante todo o dia. Basta dizer que à noite já tem gente lá aguardando, chegam mães e pais com filhos, às vezes amarrados, inclusive, aguardando internamento gratuito, sem pagar um tostão.

Lá estão minha esposa, meus filhos, continuo dizendo, e alguns voluntários, mas, injustamente, somos tratados como se fôssemos empresa, com uma dívida de 750 mil reais para pagar ao INSS, à União Federal, ao governo federal. Neste caso muito próprio em relação à Fundação Dr. Jesus, está sendo negado o título de entidade filantrópica, quando sabemos e temos vasto conhecimento de entidades por aí, inclusive publicadas em jornal, que têm o título de filantropia e que cobra pelos seus serviços, cobra taxas, cobra caro, mas são filantrópicas, e não pagam tais impostos.

Convoco qualquer investigação, a própria Polícia Federal, que é do governo federal, para se instalar na portaria daquela entidade e verificar que trabalhamos sem cobrar um tostão, até porque as pessoas que são internadas naquela fundação são oriundas da periferia, da maior pobreza possível, e nós bancamos.

Sou deputado nesta Casa e sou uma espécie de “deputado laranja” de Deus, e todos podem tomar conhecimento da minha vida pessoal. Não tenho uma casa, não tenho um carro, não tenho nada em meu nome nem no nome da minha esposa ou de filhos. Tudo que tenho é destinado ao socorro daquelas pessoas que chegam drogadas.

Para saberem mais do trabalho, apenas durante esses dois meses recebemos mais de cinco casais de pais e mães drogados, mãe e filha. Ontem recebemos uma mãe com uma filha de 13 anos, ambas vitimadas pelo *crack*, ambas cicatrizadas. No mês passado, recebemos pai e filho.

O *crack* está destruindo famílias, Srs. Deputados, Sr. Presidente, e eu não posso deixar de pedir a V.Ex^{as} que, se possível, intercedam, sim, junto ao governo do Estado, junto a quem for. Solicitamos a visita de um secretário de Segurança na nossa entidade, e até agora não tivemos. Peço a visita do secretário de Segurança porque preciso de testemunhas excelentes para que o INSS, do governo federal, retire essa dívida de quase de um milhão ou nos conceda um tipo de filantropia. Demos entrada desde de 2009, e não nos respondem e nos punem como se fôssemos boca de fumo.

Acho que o governo federal não deveria penalizar uma entidade que luta para tirar as pessoas das drogas; acho que o governo federal deveria ir atrás do tráfico de drogas, deveria se preparar para combater o tráfico de drogas em nosso Estado...

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior):- Para concluir, deputado.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- (...) em nossa nação, e não vitimar ou tentar fechar uma entidade como a Fundação Dr. Jesus, pois Deus sabe do nosso sofrimento com mais de 1.200 pessoas ali internadas.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Junior):- Concedo a palavra a nobre deputada Graça Pimenta pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a GRAÇA PIMENTA:- “Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, componentes das Galerias, Srs. da Tribuna de Imprensa, funcionários desta Casa, bom dia.

Caros colegas de parlamento, a natureza está dando sinais de solidariedade ao homem do campo de Feira de Santana. As chuvas que vêm caindo no município estão trazendo esperança para a zona rural. Do sábado (3) até a segunda-feira (5) cerca de 16 milímetros de água caíram sobre o município.

Mesmo sendo considerada pequena e ter caído de modo irregular no território feirense, a quantidade de chuva que caiu mudou um pouco o cenário angustiante que estávamos vendo nos últimos meses. A água encheu os tanques dos distritos de Governador João Durval Carneiro, Humildes, Jaguara e Bonfim de Feira.

Os relatos dos moradores da zona rural feirense estavam sendo muito tristes: Era comum ouvir as pessoas dizerem que estavam utilizando água imprópria para consumo, que dividiam o líquido com os animais, que os bichos estavam morrendo nos pastos e que não tinham nem como tomar banho.

Nobres parlamentares.

Agora os relatos mudaram um pouco, trazem esperança já se começa falar em plantio, que é realizado nos meses de novembro e dezembro. Dando condições para o homem do campo plantar e colher, obtendo alimento e renda! A Prefeitura Municipal de Feira de Santana distribuiu 105 toneladas de sementes nos últimos três meses.

Das toneladas distribuídas, 80 foram de feijão e 25 de milho. Cerca de 13 mil homens do campo foram beneficiados. / As sementes, que foram entregues às associações rurais cadastradas na Secretaria Municipal de Agricultura e Recursos Hídricos (Seagri) e depois repassadas para os pequenos agricultores, são de muito boa qualidade.

A análise dos grãos constatou que o nível de germinação encontrada, maior que 85% supera o padrão exigido pelo Ministério da Agricultura.

Senhores deputados, senhoras deputadas.

Dados da Estação Climatológica da Universidade Estadual de Feira de Santana (Uefs) são animadores e demonstram que a previsão é de chuva continua para os próximos dias. Os números apontam ainda que o volume de chuva esperado para o mês de novembro é de 90 milímetros.

A Bahia enfrenta a pior seca dos últimos 50 anos. Conforme pesquisa do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema) e da Universidade Federal da Bahia, divulgado pela Rede Bahia, nos últimos três anos os níveis de chuva no semiárido baiano diminuíram de modo expressivo.

Durante 23 meses choveu menos que o normal. Em 13 meses a quantidade de chuva foi igual ou um pouco acima da média. As mudanças climáticas mundiais devem influenciar na piora desse cenário.

A previsão é de que nos próximos 30 anos chova até 10% menos no litoral baiano e 20% menos no nordeste do estado.

Os estudos já apontam uma possível redução dos níveis de água pluvial na Bahia. Cabe ao governo preparar a máquina pública para o enfrentamento dessa redução de chuvas. Perfurar poços artesianos é sempre uma boa alternativa.

Ampliar as intervenções nas áreas onde a seca se apresenta de forma mais severa é fundamental para que o futuro chegue trazendo menos impactos negativos.”

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Junior):- Com a palavra o deputado Paulo Azi, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PAULO AZI:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, vários deputados subiram a esta tribuna para tratar da votação ocorrida na Câmara de Deputados, que trata da destinação, repactuação dos recursos dos *royalties* entre estados e municípios, e vejo aqui alguns colegas parlamentares tentando justificar o injustificável, deputado Leur Lomanto. Na realidade, ocorreram duas votações naquela Casa: uma que tratava da vinculação desses recursos dos *royalties* em que um grupo de parlamentares, deputado Carlos Geilson, defendia que sua aplicação deveria ser 100% em educação; e um outro grupo que defendia que esses mesmos recursos fossem divididos entre educação e saúde, pois estamos a acompanhar a grave crise de saúde por que passa todo o setor público do nosso País.

Como não houve acordo, a emenda foi rejeitada e foi-se, então, discutir as questões ligadas à redistribuição dos *royalties* por estados e municípios. Aí, mais uma vez, Sr. Parlamentares, os deputados do PT que representam a Bahia na Câmara Federal votaram a favor do PT e contra os interesses da Bahia. É lamentável, deputado Bira Corôa, até contrária a própria orientação do governador. Justiça seja feita que o governador deu declarações à imprensa dizendo-se favorável a uma nova distribuição desses recursos, mas os deputados do PT, provavelmente obedecendo a uma orientação do seu partido, votaram contra os interesses da Bahia.

À exceção, justiça seja feita, do deputado Nelson Pelegrino, que preferiu se abster, preferiu não votar, não assumir o ônus dessa determinação imposta pela direção do partido. É lamentável, mas para nós não é nenhuma novidade, porque este é o estilo do PT, entre os interesses do partido e os da Bahia, sempre em primeiro lugar os interesses do seu partido, e foi assim quando defenderam publicamente o veto à vinda da Ford para a Bahia.

Mas, Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas, quero aqui também nesta manhã tratar de uma questão que me parece muito importante e que tomou conta das manchetes nacionais, deputado Leur Lomanto, a Bahia, mais uma vez, é a campeã em assassinatos em todo o Brasil. A Bahia bate São Paulo, que é um estado com uma população 3 ou 4 vezes maior que a Bahia; bate o Rio de Janeiro, e aí me causou espécie as afirmações do secretário de Segurança, que parece contaminado pelo discurso petista e vem atribuir, deputado Carlos Geilson, 5 anos e meio depois do

governo do PT governar a Bahia, a uma herança maldita. Parece brincadeira!

O secretário ainda transfere números para a imprensa que não são verdadeiros. O secretário, deputado Bruno Reis, na tentativa de diminuir o desgaste provocado pela divulgação desses números, informa que a Bahia de 2010 para 2011 teve um aumento dos recursos destinados à segurança pública da ordem de 30%. Não é verdade, esta informação é falsa. O governo do Estado, entre 2010 e 2011, tenho aqui os números, aumentou em apenas 12% a destinação dos recursos para a segurança pública, mantendo uma média, de praticamente todo o governo, entre 9%, 10% ou 12%.

O governo aplicou, Srs. e Sr^{as} Parlamentares, no ano de 2011, recursos da ordem de R\$ 2 bilhões e 554 milhões; em 2010, aplicou R\$ 2 bilhões e 278 milhões. Estes são números oficiais extraídos dos próprios dados encaminhados pelo Tribunal de Contas do Estado.

Portanto, secretário de Segurança Pública do Estado da Bahia, é muito feio passar números que não são verdadeiros para a imprensa e para a opinião pública na tentativa de justificar o injustificável, ou seja, a falência do aparelho estatal de segurança pública do Estado. O que já deveria ensejar há muito tempo, deputado Carlos Geilson, uma solicitação do governo do Estado da Bahia para que a força nacional de segurança pública e o governo federal viessem apoiar as ações de enfrentamento da criminalidade e do crime organizado em nosso Estado.

Para concluir, Sr. Presidente, quero informar a este Plenário que o secretário de Segurança, também no afã de justificar...

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Junior):- Para concluir, deputado.

O Sr. PAULO AZI:- Vou concluir, Sr. Presidente.

(...) no afã de justificar, deputado Carlos Geilson, esses dados alarmantes, insinuou que os demais Estados da Federação sub-notificam os assassinatos. Acredito que foi, inclusive, uma declaração não muito respeitosa com os outros Estados da Federação. Aproveitando essa declaração do secretário da Segurança, nós vamos encaminhar-lhe um ofício, baseado na Lei da Transparência, solicitando que ele passe a divulgar as informações dos índices de violência do interior do Estado, porque os assassinatos do interior do Estado...

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Junior):- Para concluir, deputado.

O Sr. PAULO AZI:- (...) deixaram de ser informados, deixaram de ser números que tenham o conhecimento público.

E nós, da Oposição, vamos encaminhar um ofício a S.Ex^a o secretário da Segurança Pública, deputada Luiza Maia, para que ele volte a divulgar – aliás, como divulgava o governo anterior – a relação dos assassinatos em todo interior do Estado da Bahia, para que nós possamos acompanhar se efetivamente as propaladas ações de segurança pública estão tendo efeito.

No ano de 2011, não tiveram efeito, porque a Bahia continuou sendo a campeã nacional de assassinatos e homicídios. Neste ano de 2012, a despeito, deputado Leur Lomanto Junior, desse aumento da criminalidade do Estado de São Paulo e da grande capital, Salvador e a Região Metropolitana continuam na *pole position*. Mata-se mais

em Salvador e na Região Metropolitana do que em São Paulo e sua Região Metropolitana.

É importante e fundamental que o governador do Estado da Bahia, definitivamente, solicite o apoio...

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Junior):- Para concluir, nobre deputado.

O Sr. PAULO AZI:- (...) e a parceria dos órgãos federais de segurança, para que nós possamos mudar esta triste realidade que assola Salvador e todo o Estado da Bahia. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Junior):- Por acordo de Líderes, vamos estender o Pequeno Expediente para ouvir a palavra do nobre deputado Bira Corôa. V.Ex^a tem 5 minutos, mas, com a tolerância desta Presidência, poderá usar da palavra pelo tempo que desejar.

O Sr. BIRA CORÔA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Srs. Servidores e Servidoras, Srs. Visitantes, Srs. da Imprensa, primeiro vou solicitar que o Sr. Presidente mantenha os 5 minutos apenas, por uma questão de cumprir o Regimento. Como regentes do Parlamento, temos que priorizar, acima de tudo, o Regimento, e nós temos descumprido o Regimento nesta Casa constantemente.

Acho que é um princípio equivocado, porque ao abriremos exceções criamos condições de sairmos do que pauta o de que conduz.

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Junior):- Então peço, por gentileza, que marquem no cronômetro rigorosamente os 5 minutos, nem um minuto a mais, nem um segundo a mais, para o deputado Bira Corôa.

O Sr. BIRA CORÔA:- Isso, muito bem, Sr. Presidente. E que isso passe a ser uma determinação desta casa.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, sei que a Oposição tem toda a razão de estar tentando criar um carnaval numa contra-informação na perspectiva de implantar na sociedade uma informação que não trata na sua totalidade os fatos e, conseqüentemente, pega trechos do processo que atende ao interesse da Oposição que é jogar a sociedade contra a Bancada do Partidos dos Trabalhadores e de outros partidos da Base de sustentação do governo da presidente Dilma e aos interesses da sociedade.

É bom esclarecer que o processo em votação tem, de um lado, o interesse de quem defende a educação e o interesse de quem quer ter a educação como grande instrumento de alienação neste país. E é por isso que quando se abre a discussão, deputada Luiza Maia, de direcionar verbas para melhorar a qualidade do ensino público neste País incomoda muitos que, ao longo dos anos, vêm se prevalecendo de utilizar os recursos que seriam destinados à educação para condicionar o analfabetismo ou a ignorância, porque assim facilita o controle e, acima de tudo, a permanência daqueles que não têm o compromisso direcionado aos interesses da sociedade e do crescimento igualitário.

E é por isso, nobre deputada Kelly, presidente da Comissão da Educação desta

Casa, que a posição da Bancada em Brasília direcionada ao que defende o governador Jaques Wagner, ao que defende a presidente Dilma, não é nada mais nada menos do que potencializar a educação. E, no momento em que se posicionaram, o fizeram na defesa da educação. E é bom esclarecer que não votaram contra a Bahia, muito pelo contrário, defenderam a redistribuição, ao contrário do que o tempo inteiro Rio de Janeiro e o Espírito Santo defendiam que era controlar e garantir a centralização dos recursos do pré-sal para esses dois estados do Sul e muito mais, abrindo apenas para mais dois estados, ou seja, quatro estados apenas sendo beneficiados nesse processo.

E o que vimos, ao longo dessa trajetória, foi a Bancada da Bahia, não só do PT, mas do PCdoB e de todos os partidos baianos, abrindo a discussão de que deveria trazer a todos os estados, assim como foi defendido pelo governador Jaques Wagner em todos os seus pronunciamentos e também pela presidente Dilma. E aí não tenho dúvida alguma de que a posição da Bancada foi pela reafirmação da educação e a garantia de que essa verba fosse carimbada, sim, fosse direcionada para os interesses da educação e não aberta como foi votado. Porque aberta como foi votado, fica aos interesses e à vontade do gestor de cada estado e, sem dúvida, ela não vai atingir o objetivo maior de desenvolvimento igualitário do país que é a recuperação e melhoria da educação.

Por isso, Sr. Presidente, faço essa colocação não apenas na defesa, mas na afirmação de que somos pautados pela sociedade igualitária, somos pautados pelas políticas afirmativas e reparatórias que poderão, sem dúvida alguma, conduzir o Brasil além do que conseguimos trazer até aqui, um Brasil livre da ignorância, um Brasil montado na educação e pautado, acima de tudo, no desenvolvimento igualitário do seu povo.

Por isso, Sr. Presidente, agradeço e mantenho os 5 minutos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Junior):- Com a palavra o nobre deputado Bruno Reis pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. BRUNO REIS:- Sr. Presidente, nobres deputadas e deputados, senhores que estão nas galerias, senhores da imprensa e que nos assistem e nos ouvem pela *TV Assembleia*.

Sr. Presidente, quero fazer um apelo a V.Ex^a para que traga ao Plenário o projeto que implanta o Plano de Cargos e Salários dos servidores do Ministério Público do Estado da Bahia. Esse projeto, que está há mais de 1 ano na Casa, irá valorizar todos os servidores do MP. O seu impacto na folha é mínimo, entretanto dotará essa instituição de mais condições para enfrentar as demandas da sociedade.

Estivemos na terça-feira com o Dr. Wellington, quando ele reiterou a necessidade da apreciação pela Assembleia desse projeto.

Então, deputado Zé Neto, nobre Líder do governo, peço que dispense as formalidades para que possamos trazer imediatamente esse projeto ao Plenário. Nós da Bancada da Oposição já fechamos o consenso neste sentido e estamos dispostos a

assinar o requerimento a qualquer momento. O nosso Líder, deputado Paulo Azi, que está aqui, já afirmou ao Dr. Wellington que há da Oposição a disposição de votá-lo imediatamente. Solicitamos que esse projeto do MP tenha o mesmo tratamento dado a diversos outros que já tramitaram nesta Casa, a exemplo do dos servidores do Poder Judiciário. Repito, esse projeto foi encaminhado a esta Casa há mais de 1 ano; é inadmissível que a Assembleia Legislativa, que tem o papel de legislar e aprovar as leis, não exerça as suas atribuições.

Sr. Presidente em exercício, deputado Leur Lomanto, penso que na próxima semana V.Ex^a poderá coroar a sua passagem pela Presidência da Assembleia Legislativa trazendo esse projeto ao Plenário.

Os servidores estão aqui. Poderemos, quando terminar a sessão, nos reunir com o Líder do governo e pedir que concorde em dispensar as formalidades. Ou, então, que diga quais são os problemas para que possamos ultrapassá-los e definitivamente apreciar esse projeto. Até porque, não tenho dúvida, ele dotará o Ministério Público de melhores condições para enfrentar todas as demandas da sociedade.

O MP tem a nobre missão de cobrar o cumprimento da lei, portanto precisa ter funcionários motivados, com melhores salários, com possibilidade de ascensão. Ao iniciarmos uma carreira, queremos crescer, nos aprimorar e nos aperfeiçoar pensando na ascensão profissional. Por isso, é justo que esse projeto seja apreciado e aprovado por esta Casa.

Sendo assim, faço um apelo aos nobres deputados para que possamos aprovar, já na semana que vem, esse projeto, que não é só de interesse do Ministério Público, mas de toda a sociedade baiana.

Nobre deputado Bira Corôa, uso rigorosamente os 5 minutos regimentais do Pequeno Expediente. Quando fizemos um acordo de Lideranças para prorrogar esta fase da sessão, foi porque tanto V.Ex^a quanto eu queríamos trazer as nossas mensagens aos baianos que nos assistem pela *TV Assembleia*, nesta manhã.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Carlos Geilson:- Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Junior):- Pela ordem, nobre deputado Carlos Geilson.

O Sr. Carlos Geilson:- Sr. Presidente Leur Lomanto, quem assistiu hoje aos telejornais notou a preocupação aos telejornais notou a preocupação com a violência em São Paulo. Nove pessoas foram assassinadas em São Paulo de ontem para hoje. Veja a população de São Paulo. Em Feira de Santana foram assassinadas seis pessoas. Em Feira de Santana, só este mês, já são 15 assassinatos. Do início do ano até agora são 354 pessoas assassinadas. Em comparação com o mesmo período do ano passado, 42 mortes a mais.

Então hoje pela manhã foi um estardalhaço nos telejornais falando da violência em São Paulo. Agora, veja a população de São Paulo e a população de Feira de Santana. Inclusive, entre as 6 mortes, 2 policiais militares foram fuzilados em Feira

de Santana.

É por isso, governador Jaques Wagner, que a Oposição clama, reclama e reivindica mais investimentos, mais trabalho de inteligência. O governo federal, através do Ministro da Justiça José Eduardo Cardozo, tem oferecido a Força Tarefa nacional para ajudar o governo do Estado de São Paulo, que ofereça para a Bahia, porque é o Estado onde mais se mata na Federação.

Então aqui vai o nosso registro, o nosso protesto e a nossa lamentação em relação como se trata hoje a violência no Estado da Bahia, com relativo descaso, e a vida do baiano hoje não vale mais nada, porque se mata como se mata passarinho, como se pisa na cabeça de uma barata. Lamentável sob todos os aspectos.

Dito isso, meu caro presidente Leur Lomanto, investido no cargo de presidente, dignificando esta Casa com a sua assunção e a sua ascensão, peço a verificação do quórum para continuidade da sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Junior):- Com a presença de apenas 6 Srs. Parlamentares em plenário, não havendo quórum suficiente, declaro encerrada a presente sessão.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*